

CASO GALDINO

Ministro do STJ irrita índios

As declarações do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Édson Vidigal causaram revolta entre os órgãos de defesa dos índios e dos direitos humanos. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) pretende ainda esta semana reunir uma comissão de advogados para definir que tipo de medida poderá impetrar para responsabilizar Vidigal. O secretário dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, José Gregori, disse ter ficado contente com a decisão do STJ, que transferiu o julgamento dos assassinos do índio pataxó Galdino para um tribunal do júri, mas não deixou de criticar o ministro.

“A satisfação pela decisão do Tribunal, finalmente dando ao caso o tratamento que a sociedade esperava, é maior do que a tristeza pelas declarações de um julgador”, disse Gregori.

Na sessão que remeteu o caso para um tribunal do júri, o ministro Vidigal disse que a vítima teria morrido porque

ingerira bebida alcóolica e se enrolara num cobertor altamente inflamável.

Os advogados do Cimi ainda não sabem que tipo de procedimento jurídico podem adotar para tentar punir o ministro Édson Vidigal. A avaliação inicial dentro do Cimi é que o ministro feriu os direitos humanos. Galdino Jesus dos Santos morreu na madrugada de 20 de abril de 1997, com 95% do corpo queimado depois que cinco rapazes jogaram um litro de álcool em seu corpo e atearam fogo.

O ministro Édson Vidigal disse ontem que recebeu vários telefonemas de pessoas, inclusive parentes, indignadas com suas declarações. Édson Vidigal disse que foi mal interpretado pelas pessoas que estavam no plenário da Quinta Turma do STJ. O ministro disse que no momento em que fez as declarações durante o que ele chamou de tentativa de entender o ponto de vista da defesa e as razões que levaram os

cinco jovens da classe média a colocar fogo em um índio.

“Eu não estava tentando justificar a morte do índio. Falei tudo isto que foi publicado, mas fui mal interpretado, inclusive pela mãe do índio”, disse o ministro. Édson Vidigal disse que não vai mudar seu voto, derrotado na Quinta Turma, pelo qual os garotos não seriam julgados por um tribunal do júri por homicídio doloso, mas por um juiz togado, por lesão corporal. Édson Vidigal disse que não há motivos para revisar seu voto.

“Não ficou provado que os jovens queriam matar o índio”, disse Édson Vidigal distribuiu ontem o conteúdo de seu voto aos órgãos de imprensa, mas sem a inclusão das declarações mais polêmicas. Segundo o ministro, as declarações não foram incluídas no texto do voto porque foram feitas de maneira improvisada.

■ Leia mais em Cidades, página 4